

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Valor Econômico

Gerdau corta investimento após perder R\$ 5 bi

Valor Econômico - 16/03/2016

Renato Rostás | De São Paulo

Para enfrentar o enfraquecimento do setor siderúrgico no mundo, mas especialmente no Brasil, a Gerdau quer mudar o que é "normal" para a empresa atualmente. O presidente do grupo, André Gerdau Johannpeter, anunciou ontem que deve reduzir em 35% os investimentos em 2016, na comparação com o ano passado, para cerca de R\$ 1,5 bilhão. E a ideia é manter esse patamar pelos próximos anos.

A previsão surpreendeu o mercado. Analistas aguardavam um nível de R\$ 2 bilhões para o exercício atual. Além disso, na teleconferência para comentar os números do quarto trimestre, surgiu a dúvida se esse novo patamar será não recorrente ou se vai, de fato, perdurar. "Mantido o cenário atual da siderurgia no Brasil e no mundo, esse 'capex' deve se manter nos anos seguintes", declarou Gerdau. "Deve ser o 'novo normal' da empresa, focado apenas na manutenção dos atuais negócios", acrescentou Harley Scardoelli, diretor financeiro.

A estimativa de redução nos gastos de capital fixo aparece depois que a siderúrgica divulgou prejuízo bilionário no ano passado. O balanço, que foi publicado ontem, trouxe perda de R\$ 4,6 bilhões no ano passado - a maior da história do grupo gaúcho - em 2015, sendo R\$ 5 bilhões apenas com baixas contábeis. Só no quarto trimestre, o prejuízo líquido atingiu R\$ 3,17 bilhões e as baixas, R\$ 3,13 bilhões, informou a empresa.

Os números do resultado escancaram o motivo pelo qual a Gerdau não apenas teve de reduzir sua produção, com paradas de operações em suas usinas de aço "mini-mills", por exemplo, como também terá de cortar investimentos. As vendas de aço bruto no ano passado somaram 16,97 milhões de toneladas, 5% a menos. No Brasil, foram comercializadas 4,28 milhões de toneladas, queda de 22,7%, enquanto as exportações da unidade local mais que dobraram, para 4,28 milhões de toneladas.

A situação da empresa nos últimos três meses do ano - retratando a crise enfrentada pelo setor no país - foi ainda mais drástica. A retração nos volumes comercializados beirou 40%, somando 815 mil toneladas. As vendas ao exterior se aproximaram da quantidade destinada ao mercado doméstico, subindo 52%, para 579 mil toneladas.

O balanço da companhia, segunda maior fabricante de aços longos no mundo e líder nas Américas, aponta queda de 3,6% na receita líquida do quarto trimestre ao se comparar com mesmo período do ano anterior, para R\$ 10,45 bilhões. Ao mesmo tempo, os seus custos avançaram 1,1%, para R\$ 9,66 bilhões.

Excluindo os efeitos das baixas contábeis, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) foi de R\$ 908 milhões, recuo de 26,5%, derrubando a margem sobre esse indicador de 11,5% para 8,7%.

A perda de rentabilidade se deveu, em grande parte, ao baixo uso de capacidade - a média anual ficou entre 65% e 70%, segundo a siderúrgica gaúcha - e aos gastos extraordinários com a parada de operações. Mas, segundo a diretoria, esses custos não recorrentes já foram contabilizados e não devem impactar o resultado durante este ano.

O balanço ainda aponta que no período outubro a dezembro a companhia conseguiu reduzir sua dívida líquida em 6,2%, para R\$ 19,54 bilhões, mas com o Ebitda em queda livre, a alavancagem medida pela relação entre o endividamento e o Ebitda terminou o ano em 4,2 vezes em real e 3,6 vezes em dólar, alta de 0,5 vez e 0,9 vez, respectivamente.

"A tendência é que a alavancagem melhore", comentou na teleconferência Scardoelli. Dentre as medidas para reforçar a estrutura de capital estão potenciais cortes de custos, uma redução no capital de giro, a própria baixa dos investimentos e também vendas parciais ou totais de ativos. Novos ajustes na produção, disse André Gerdau a jornalistas, não são mais esperados.

O resultado do grupo gaúcho veio em linha com a crise enfrentada por outras empresas no atual cenário de deterioração generalizada da siderurgia. A Usiminas teve prejuízo de R\$ 3,24 bilhões em 2015, fruto de R\$ 2,56 bilhões em "impairments" e espera-se que a Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), que tem previsão de divulgar seu balanço na próxima semana, traga também perdas. No exterior, por exemplo, a ArcelorMittal, maior produtora de aço do mundo, teve prejuízo de US\$ 7,95 bilhões.

A empresa reiterou no balanço que não tem como provisionar valores relativos à Operação Zelotes, da Polícia Federal, na qual é alvo, pois ainda não se conhece a duração e o desfecho das investigações. Mas informou que os contratos com os escritórios externos, em função da suspeita de ações ilegais, já foram rescindidos.

"A empresa jamais concedeu qualquer autorização para que seu nome fosse utilizado em pretensas negociações ilegais, repelindo veementemente qualquer atitude que tenha ocorrido com esse fim", declarou. A Zelotes investiga possível esquema de sonegação fiscal e André Gerdau foi levado a prestar depoimento às vésperas. Por isso, adiou a publicação do balanço em 15 dias.

No relatório da administração, a Gerdau disse que reconhece os processos em tramitação no **Carf** e que os escritórios externos foram contratados dentro da legalidade e buscando assessoria técnica. A empresa também afirmou que não pagou ou repassou nenhum valor aos escritórios nesse caso. Nas notas explicativas, diz que contratou assessores jurídicos independentes para auxiliar no caso. Em seu parecer, o auditor externo, PwC, registrou uma ênfase à posição de que não há como prever a duração ou o resultado da Zelotes. Por isso, não há provisionamento no balanço.

Carf mantém autuação fiscal contra a Ambev

Valor Econômico - 16/03/2016

Beatriz Olivon | De Brasília

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) manteve autuação lavrada contra a Ambev por uso indevido de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) entre os anos de 2006 e 2007. A decisão é da 3ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais - última instância do órgão.

A discussão sobre o que pode ser considerado insumo para geração de créditos tributários é polêmica e também foi levada ao Judiciário. Mas ainda não foi pacificada. Em geral, esses créditos podem reduzir significativamente o valor a ser recolhido pelas empresas de tributos, como IPI, PIS e Cofins.

No caso da Ambev, a Receita questionou créditos decorrentes de insumos adquiridos na Zona Franca de Manaus, como kits e concentrados para a fabricação de refrigerantes e tampas, rolhas e filmes plásticos. A companhia, ainda de acordo com o órgão, também se creditou indevidamente de bens que não se enquadram no conceito de insumo (materiais usados para pasteurização, assepsia e lavagem de vidro) e outros que não fizeram parte do processo produtivo (material promocional e remessa de produto para testes).

A decisão da 3ª Turma da Câmara Superior foi dada em recurso da Fazenda Nacional contra entendimento favorável à Ambev proferido pela turma ordinária. Os conselheiros seguiram o voto do relator, conselheiro Henrique Pinheiro Torres, representante da Fazenda.

O relator considerou que, na decisão anterior, os conselheiros aplicaram uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso repetitivo, para defender entendimentos opostos. Um dos votos afirmava que o produto deveria ser usado no processo principal para ser caracterizado como insumo. Já o voto vencedor propôs que não havia necessidade de o produto ser consumido diretamente na atividade.

Para o relator, o STJ não permitiu o uso de créditos de IPI. O voto condutor afirmava que a legislação de IPI limita o benefício a produtos que tiveram contato físico direto com o bem produzido. Torres destacou que, naquele caso, uma empresa produtora de autopeças queria que fossem considerados insumos bens que sofriam desgaste indireto no processo produtivo, como anéis e roldanas.

"Foi exatamente o desgaste indireto que levou ao não reconhecimento de créditos de IPI", afirmou o relator que, com base no repetitivo, não reconheceu o direito da Ambev.

A divergência foi aberta pela conselheira Tatiana Midori Migiyama, que tomou como base o próprio precedente do STJ. O conselheiro Valcir Gassen acompanhou a divergência, por entender que os produtos em discussão eram, por exemplo, usados na pasteurização e remoção de partículas, estando em contato direto com o bem. Contudo, a maioria dos conselheiros acompanhou o relator.

Os conselheiros, porém, não detalharam se o recurso da Fazenda Nacional abrangia todos os insumos questionados no caso ou apenas parte deles. Procurada pelo Valor, a Ambev afirmou que não comenta processos em andamento.

Há algumas semanas, a Sadia (atual BRF) obteve decisão favorável na mesma turma da Câmara Superior em disputa sobre o conceito de insumos para créditos de PIS e Cofins.

O Estado de S.Paulo

Gerdau tem prejuízo de R\$ 4,6 bi em 2015 e não descarta vendas de ativos

Fernanda Guimarães

Em função de paradas de unidades para se adequar à demanda menor por aço, siderúrgica registrou baixa contábil de mais de R\$ 3 bi no 4º trimestre de 2015; envolvida na Zelotes, companhia não fez provisões sobre eventuais perdas decorrentes da operação

Afetada pela paralisação de operações para se adequar a uma demanda menor por aço, a Gerdau foi obrigada a registrar uma baixa contábil bilionária no último trimestre de 2015, que levou a siderúrgica a um prejuízo de R\$ 3,17 bilhões no período, ante lucro de R\$ 393 milhões nos mesmos meses de 2014. No ano, as perdas somaram R\$ 4,596 bilhões.

De outubro a dezembro, a baixa contábil alcançou R\$ 3,13 bilhões em função das perdas nas unidades do Brasil, da América do Norte e de aços especiais. Nas operações brasileiras, de acordo com a siderúrgica, a baixa foi causada pelos "efeitos da redução de demanda e das paradas de produção em algumas unidades da companhia que tiveram como objetivo a readequação da produção aos novos níveis de demanda." Ao todo, no exercício de 2015, a baixa contábil chegou a R\$ 4,996 bilhões, contra R\$ 339 milhões do ano anterior.

No critério ajustado, a Gerdau informou que o prejuízo líquido foi de R\$ 41 milhões no quarto trimestre, ante lucro de R\$ 95 milhões no mesmo período de 2014. No ano, o lucro líquido ajustado foi de R\$ 684 milhões, 42,5% menor que o lucro de 1,19 bilhão em 2014.

Diante de um horizonte difícil, a empresa afirmou que continua reavaliando seus ativos, analisando a rentabilidade de cada negócio. Em nota, o diretor-presidente da siderúrgica, André Gerdau Johannpeter, afirmou que a companhia poderá anunciar alguma transação ao longo deste ano. "As alternativas são das mais variadas, como uma joint venture, venda parcial ou total, fechamento de alguma linha com uma rentabilidade que não esteja tão boa. Estamos trabalhando sobre as alternativas", disse Johannpeter.

Segundo o executivo, apesar de o resultado da empresa ter sofrido o impacto de itens não recorrentes, sem impacto no caixa, "a forte presença da Gerdau no mercado norte-americano e o expressivo esforço de gestão de nossas equipes permitiram reduzir o impacto da menor demanda de aço global e no Brasil em nosso balanço."

As vendas de aço no quarto trimestre do ano passado somaram 3,887 milhões de toneladas, queda de 11,6% em relação ao visto um ano antes. No acumulado do ano, as vendas de aço recuaram 5%, para 16,970 milhões de toneladas. Já a receita líquida ficou em R\$ 10,449 bilhões, recuo de 3,6% ante o quarto trimestre de 2014. No ano, somou R\$ 43,581 bilhões, aumento de 2,4% em relação ao visto um ano antes.

Operação Zelotes. A Gerdau deveria ter divulgado seu balanço no início do mês, mas resolveu adiar a publicação após a Polícia Federal executar mandados de busca e apreensão em escritórios do grupo por suspeita de sonegação de até R\$ 1,5 bilhão, dentro da Operação Zelotes, que investiga fraudes relacionadas ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e o suposto pagamento de propina para a

edição de medidas provisórias.

Em resposta, a Gerdau reafirmou em seu balanço que "sempre fez uso de escritórios externos, visando ao mais adequado assessoramento de estrita natureza técnica" e que "não se trata de sonegação (...), e sim do exercício legítimo de direito pelas empresas da Gerdau, respaldado expressamente nas leis e na jurisprudência".

A Gerdau não fez provisões financeiras sobre eventuais perdas decorrentes da operação Zelotes. No balanço divulgado ontem, a siderúrgica afirmou que entende que não é possível prever o resultado da operação Zelotes e, por isso, avalia que "não existe informação suficiente para determinar se uma provisão para perdas é requerida ou divulgar qualquer contingência".

Para 2016, informou a companhia, os investimentos deverão cair 35% em relação ao ano passado para R\$ 1,5 bilhão. Em 2015, a Gerdau investiu R\$ 2,3 bilhões, valor estável na comparação ao investido no ano imediatamente anterior. De acordo com Johannpetter, em função do cenário difícil, as prioridades para 2016 serão a geração de caixa, a restrição de novos investimentos e a redução de custos e da alavancagem financeira.

- Investigação

R\$ 1,5 bilhão

é o valor da suspeita de sonegação fiscal praticada pela Gerdau, que foi alvo de mandados de busca e apreensão executados pela PF, dentro da Operação Zelotes

Lula é citado 186 vezes em delação premiada

O Estado de S. Paulo - 16/03/2016

Acusações chegam no momento que o ex-presidente se prepara para assumir um ministério para tentar salvar o governo de Dilma Rousseff

A delação premiada do senador Delcídio Amaral (PT-MS) atinge o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no momento em que ele ensaia assumir vaga no ministério da presidente Dilma Rousseff com a missão de reaglutinar a base aliada para salvá-la do impeachment e fazer esforços para atenuar as crises política e econômica. O nome do petista, já implicado na Operação Lava Jato, aparece ao menos 186 vezes na colaboração, homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

Delcídio diz que partiu do ex-presidente a ordem para que ele convencesse o ex-diretor da Petrobrás Nestor Cerveró a não delatar o pecuarista José Carlos Bumlai, amigo de Lula. A tentativa resultou na prisão do senador em novembro. Delcídio diz que conversou com o ex-presidente na sede do Instituto Lula sobre a situação do pecuarista e a necessidade de evitar que ele caísse na Lava Jato. "O depoente pode dizer que o pedido de Lula para auxiliar Bumlai no contexto de "segurar" as delações de Cerveró certamente visaria ao silêncio deste último e o custeio financeiro de sua respectiva família, fato que era de interesse de Lula", registra a PGR na transcrição.

Nos depoimentos, Delcídio dá detalhes do envolvimento de Lula com o pecuarista. Segundo ele, Bumlai teria ficado responsável, num primeiro momento, pelas obras no

sítio em Atibaia que Lula frequenta. O senador contou que amigos do ex-presidente se referiam à propriedade como "sítio do Lula". As reformas ficaram a cargo da empreiteira OAS.

Mensalão. Delcídio afirmou também que o ex-presidente e o ex-ministro Antonio Palocci atuaram para comprar o silêncio do operador do mensalão, Marcos Valério Fernandes. A negociação teria custado entre R\$ 110 milhões e R\$ 220 milhões, possivelmente pagos por empreiteiras do esquema de corrupção na Petrobrás. "Havia conversas muito fortes ao longo da campanha de 2008 (disputa municipal) de que os pagamentos estavam sendo por (para) Marcos Valério no exterior, em suas contas ou de terceiros", relatou o senador.

O ex-ministro Palocci esclareceu, em nota, que vinha a público "para desmentir e repudiar, com veemência e indignação, as falsas informações contidas nos termos da delação".

Em outro trecho da delação, Delcídio contou que Lula o procurou para tentar evitar a convocação do lobista Mauro Marcondes Machado e de sua esposa, Cristina Mautoni, na CPI do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O casal está preso e é réu na Operação Zelotes, que investiga a compra de medidas provisórias. Investigadores apuram o pagamento de R\$ 2,5 milhões feito pela consultoria de Marcondes à empresa de Luís Cláudio Lula da Silva, um dos filhos de Lula. Em nota, o Instituto Lula alegou que "não comenta falatórios".

"Quem quiser levantar suspeitas em relação ao ex-presidente, que o faça diretamente e apresente provas, ou não merecerá resposta." O advogado de Bumlai, Arnaldo Malheiros, afirmou que "ele sempre negou enfaticamente as acusações". / FÁBIO FABRINI, ADRIANO CEOLIN. BEATRIZ BULLA, RICARDO BRANDT, FAUSTO MACEDO e JULIA AFFONSO

- Visão

"O pedido de Lula para auxiliar Bumlai no contexto de "segurar" as delações de Cerveró certamente visaria ao silêncio deste último e o custeio de sua família"

O Globo

Gerdau tem perda de R\$ 4,6 bi em 2015 e avalia vender ativos

O Globo - 16/03/2016

Investimento cairá 35%. Empresa não fez provisão para Operação Zelotes

A Gerdau registrou prejuízo de R\$ 4,6 bilhões em 2015 ante lucro de R\$ 1,5 bilhão no ano anterior. Queda nas vendas e baixas contábeis bilionárias explicam o resultado fraco. Para fazer frente à crise do setor e diminuir seu endividamento, a siderúrgica avalia vender ativos ou fechar linhas de produção menos rentáveis. E, apesar de seu presidente, André Gerdau, ser alvo da Operação Zelotes da Polícia Federal — que investiga esquemas de sonegação fiscal —, a companhia não fez provisões para eventuais perdas decorrentes da investigação. O total de baixas contábeis e outros eventos não recorrentes somou R\$ 5,3 bilhões.

A empresa reviu projeções de rentabilidade dos ativos e recuperação dos investimentos,

"levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da companhia". Sem as baixas, a Gerdau teria registrado lucro de R\$ 684 milhões. No quarto trimestre, o prejuízo foi de R\$ 3,2 bilhões, incluindo baixas contábeis. Em igual período de 2014, a Gerdau registrara ganho de R\$ 393 milhões. O prejuízo ajustado no quarto trimestre de 2015, ou seja, excluindo os eventos extraordinários, foi de R\$ 41 milhões. O resultado só não foi pior porque a Gerdau tem parcela significativa da receita nos Estados Unidos, onde o mercado siderúrgico está em situação melhor do que no Brasil.

— O que mais preocupa no caso da Gerdau é seu endividamento crescente. A venda de ativos é uma saída — avalia Raphael Figueredo, da Clear Corretora. A dívida da empresa saltou 36% em um ano, para R\$ 26,5 bilhões em dezembro de 2015. Para reduzi-la, a Gerdau avalia a venda de participações. — Estamos avaliando joint ventures ou o fechamento de alguma linha menos rentável. Pode ser que o ano de 2016 tenha algum anúncio — disse André Gerdau, em teleconferência. O executivo anunciou projeção de corte de 35% dos investimentos em 2016, para R\$ 1,5 bilhão. A queda deve-se ao fim do ciclo de grandes empreendimentos tocados pela empresa, à desvalorização do real e ao novo cenário para o setor. A Gerdau está com uso de capacidade de 65% a 70%.

Quanto à Zelotes, a Gerdau reafirmou no balanço que "sempre fez uso de escritórios externos visando ao mais adequado assessoramento de estrita natureza técnica". André Gerdau é investigado por suspeita de integrar esquema para influenciar o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão ligado ao Ministério da Fazenda, para anular ou reduzir multas aplicadas pela Receita. A PF estima que o grupo tenha tentado se beneficiar em ao menos R\$ 1,5 bilhão.

USIMINAS QUER REAJUSTAR PREÇO

Outra siderúrgica que apresentou prejuízo bilionário, a Usiminas avalia elevar o preço do aço para as distribuidoras. Segundo fonte, a ideia é um reajuste de até 10% a partir do mês que vem, acompanhando sinalizações de alta no mercado internacional. A empresa precisa aumentar a geração de caixa com urgência, pois está à beira da recuperação judicial. Semana passada, o Conselho de Administração aprovou aporte de R\$ 1 bilhão, mas a decisão ainda será votada em assembleia de acionistas.

Veja On Line

Com a RBS, dupla de bilionários abre nova frente de diversificação

16/03/2016

Carloz Sanchez e Lirio Parisotto, compradores da operação do grupo de mídia em Santa Catarina, fizeram da aquisição uma alternativa ao marasmo no mercado de capitais

A venda de oito veículos de comunicação da RBS em Santa Catarina ao Grupo NC, anunciada na última semana, surpreendeu menos por sua conclusão - a venda da operação catarinense do grupo sediado no Rio Grande do Sul foi alvo recorrente de rumores nos últimos anos - e mais pelos personagens envolvidos. Por que Carlos Sanchez e Lirio Parisotto, dois dos homens mais ricos do Brasil, segundo o ranking de bilionários da revista Forbes, ingressaram em um setor

em que sequer atuam? E pagando uma fortuna - não confirmada oficialmente - de pelo menos 700 milhões de reais?

Ocorre que, embora surpreendente, a aquisição foi resultado de namoro antigo. Há pelo menos três anos os investidores tentavam acertar a compra da RBS em Santa Catarina, segundo uma fonte a par das tratativas ouvida pelo site de VEJA. E, a despeito da crise econômica - ou, talvez, também por causa dela -, Sanchez e Parisotto, com poucas opções no estagnado mercado de capitais, viram-se obrigados a olhar para os lados.

Nessa olhada de esguelha, depararam-se mais uma vez com a cobiçada operação catarinense da RBS. Segundo uma pessoa próxima a Parisotto, que pediu anonimato, o empresário passou a ter mais tempo para garimpar oportunidades de negócio desde que a Videolar, empreendimento que deu origem a sua fortuna, mudou sua principal área de atuação: em vez da fabricação de mídias removíveis, como CDs, DVDs e discos Blu-ray - segmento da indústria petroquímica que envolve uma cadeia de produção mais complexa -, a empresa passou a atuar no de refinamento de petróleo, mais simples.

Um estímulo extra para a aquisição é a vocação de Santa Catarina para a inovação. O Estado tem várias incubadoras de startups e centros de ensino que formam mão de obra para atuar em novas mídias, área que, para reduzir custos, os compradores querem priorizar no grupo. Esses fatores, segundo essa mesma fonte, motivaram o empresário a fechar negócio com a família Sirotsky, então dona da RBS.

A força do grupo em Santa Catarina, destino de mais da metade da verba publicitária do Estado, além de sua firme liderança de audiência, limitam os riscos da operação, segundo profissionais dos mercados publicitário e de mídia consultados pelo site de VEJA. Esses fatores contrabalançam o fato de Santa Catarina ser um Estado secundário no mercado publicitário. Em 2014, o setor movimentou 1,19 bilhão de reais, segundo o Instituto Mapa, ou menos de 2% do PIB publicitário nacional.

Lirio Parisotto e Carlos Sanchez são descritos como empresários com sangue nos olhos. Apesar da inexperiência no segmento da comunicação, os compradores do braço catarinense da RBS não desembarcaram no Estado para perder dinheiro, afirmam as fontes. Os novos compradores não vieram para manter, mas para mexer, mudar e fazer crescer, diz Paulo Alceu, jornalista catarinense que, no começo de fevereiro, deu a notícia do acordo em primeira mão.

A percepção de Alceu é ancorada nas palavras do próprio Sanchez. Em vídeo gravado por um colaborador, o empresário destaca que o novo grupo é uma empresa líder - e que ele gosta de empresas líderes. Nós encontramos essa oportunidade aqui no Sul (...) Ela [RBS no Estado] tem mais audiência relativamente do que outras emissoras da Globo. Temos jornais aqui que são todos líderes, afirmou. Nós queremos crescer aqui dentro. O que dá pra ser explorado e conquistado dentro da mídia do Estado? Temos TV, jornais, rádios. O que mais podemos ter? Onde podemos crescer? Esse é nosso objetivo.

Venda x Operação Zelotes - Por parte da RBS, o interesse da venda coincide com a citação do grupo na Operação Zelotes, da Polícia Federal, que apura irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), espécie de tribunal da Receita Federal. A RBS é suspeita de pagar mais de 10 milhões de reais à SGR Consultoria Empresarial para anular multas aplicadas pelo órgão.

Com o risco de sofrer punições milionárias, a venda de ativos se torna estratégica para fazer caixa para um eventual pagamento de multas. Esse comentário zunia sempre que se falava da venda da operação catarinense da RBS. Oficialmente, o grupo afirmou apenas que a venda ocorreu para que ele

pudesse centrar foco nas operações de seu Estado natal, o Rio Grande do Sul. Procurado, o grupo preferiu não conceder entrevista e que se manifestaria sobre o negócio apenas por comunicado oficial.

A transição para os novos donos deve durar dois anos. Ainda que os empresários mantenham segredo sobre detalhes desse processo, alguns passos já são conhecidos. A primeira é a provável alteração do nome RBS TV, grife que deixa Santa Catarina depois de 37 anos de existência, para TV Catarinense. Em paralelo, uma tendência forte é a digitalização de mídias impressas, como os jornais A Notícia, que circula na região de Joinville, no Norte do Estado, e Jornal de Santa Catarina, de Blumenau, no Vale do Itajaí. Também especula-se sobre a possibilidade de mudanças em cargos de gerência e coordenação. O presidente do novo grupo, já se sabe, será Mário Neves, diretor-geral de televisão da RBS.

De acordo com um profissional com mais de 30 anos no mercado de comunicação catarinense, Neves tem uma ótima relação com os profissionais da empresa e não deve promover mudanças significativas. Ainda assim, segundo a fonte, o que deve falar mais alto é a visão empresarial dos novos compradores. Eles focarão em tecnologia e prezarão pela relação de mais resultados por menos custos, afirma. Isso implica enxugamento e renovação.

Uma grande revolução no Estado aconteceria se, de fato, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, dirigisse a programação do novo canal de TV, como já foi aventado. Perguntado a respeito, ele se limitou a dizer, por e-mail, que não está envolvido diretamente no projeto, mas que está palpitando, já que Parisotto e Sanchez são seus amigos.

Posso ajudar meus amigos, mas como colaborador apenas. Ainda vamos conversar sobre esse assunto quando for oportuno, diz Boni. Segundo uma das fontes, a filial catarinense da RBS chegou a receber a visita de uma diretora de redação da TV Anhangüera, filiada da Rede Globo no Espírito Santo e dirigida por Boni. O motivo seria o de conhecer a estrutura técnica e de jornalismo.

Perfis dos compradores - Lirio Parisotto, ex-agricultor de origem humilde nascido em Nova Bassano, no Rio Grande do Sul, tem 62 anos, é médico por formação e atualmente ostenta uma fortuna de 1,1 bilhão de dólares, o que faz dele um dos 30 maiores bilionários brasileiros, segundo a revista Forbes. Sua relação com Santa Catarina é mais longa que a iniciada com a compra da RBS - e não se limita ao mundo dos negócios. Investidor de peso do mercado de capitais brasileiro, ele é o maior acionista individual das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc). Frequentador assíduo do Costão do Santinho, resort de luxo em Florianópolis, ele já foi visto diversas vezes no Estado acompanhado de sua namorada, a modelo Luiza Brunet.

Já Carlos Sanchez - o 23º homem mais rico do país, com fortuna de 1,7 bilhão de dólares, segundo a Forbes -, é dono da EMS, pioneira e, desde 2013, líder nacional no segmento de remédios genéricos. Ele começou sua carreira trabalhando com o pai, Emiliano Sanchez, fundador da EMS, e assumiu a direção em 1988, aos 26 anos. Atualmente, a empresa, que produz, entre outros, os genéricos do Viagra, tem cerca de 7.000 funcionários. Além da EMS, o empresário é dono de outros três laboratórios: Legrand, Germed e Nova Química.

Em abril do ano passado, a EMS foi citada na Operação Lava Jato como uma das parceiras do Labogen, laboratório apontado pela Justiça como empresa de fachada que teria sido usada pelo doleiro Alberto Youssef para desvio de recursos. A declaração foi dada pelo então diretor de produção industrial e de inovação do ministério da Saúde, Eduardo Jorge Valadares Oliveira.

A suspeita que recai sobre a empresa de Sanchez é a de ter pago quase 8 milhões de reais, entre 2009 e 2014, à JD Assessoria, consultoria do ex-

ministro da Casa Civil José Dirceu, para a obtenção de contratos com o governo. Nem Sanchez nem Parisotto quiseram falar com o site de VEJA.

Fato On Line

Lula e Temer podem ser incluídos em inquérito da Lava Jato no STF

16/03/2016

A Procuradoria-Geral da República deve pedir a inclusão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do vice-presidente Michel Temer no inquérito que apura formação de quadrilha por políticos que supostamente atuaram no esquema de corrupção.

Lula e Temer podem ser incluídos em inquérito da Lava Jato no STF Ricardo Stuckert/ Instituto Lula

A Procuradoria-Geral da República deve pedir a inclusão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do vice-presidente Michel Temer no inquérito que apura formação de quadrilha por políticos que supostamente atuaram no esquema de corrupção na Petrobras, segundo fontes ligadas à investigação. A investigação corre no Supremo Tribunal Federal (STF) desde março do ano passado e apura cerca de 40 pessoas, entre elas parlamentares e lideranças do PMDB, PT e PP.

Investigadores avaliam a possibilidade de que as menções feitas pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS) em delação premiada sejam também incluídas na investigação que corre no Supremo e tenta mostrar o sistema organizado de políticos no recebimento de propina e benefícios oriundos de contratos da Petrobras.

A delação de Delcídio, homologada pelo ministro Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato na Corte, reforça a apuração sobre o PMDB e sobre o PT no inquérito, o que pode gerar a inclusão de Temer e Lula no rol de investigados.

No caso de Lula, além das menções feitas por Delcídio, os procuradores devem solicitar informações à Justiça Federal no Paraná, que conduz a investigação que tem o ex-presidente como alvo. Se Lula for confirmado ministro de Estado, no entanto, a solicitação nem será necessária, pois todo o material de investigação que corre na justiça de primeira instância será encaminhado para a PGR e para o Supremo Tribunal Federal.

Na delação, Delcídio detalha a proximidade do ex-presidente com seu amigo pessoal, o pecuarista José Carlos Bumlai, réu na Operação Lava Jato. O senador petista também relata tentativa de Lula evitar o depoimento do lobista Mauro Marcondes, réu na Operação Zelotes, na CPI do **Carf**.

Já com relação a Temer, procuradores devem avaliar sua inclusão unicamente com base nas falas de Delcídio. O delator envolve o vice-presidente em suposto esquema de aquisição ilícita de etanol pela BR Distribuidora. O peemedebista teria, segundo Delcídio, apadrinhado o ex-diretor da subsidiária da Petrobras João Augusto Henriques, supostamente envolvido no caso e que fez pagamentos indicados como propina ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Por meio de sua assessoria de imprensa, o vice-presidente Michel Temer disse que não comentaria o caso. Interlocutores alegam que ele é presidente de um partido e, nessa condição, não pode ser responsabilizado por eventuais falhas cometidas por seus correligionários.

Obstrução

A Procuradoria não descarta incluir o nome de Lula e de Bumlai também na acusação contra Delcídio por tentativa de obstrução de investigações da Lava Jato. Na delação, o senador conta que Lula pediu que o parlamentar ajudasse

Bumlai para garantir o silêncio do ex-diretor da Petrobras, Nestor Cerveró, em eventual depoimento aos investigadores. Segundo Delcídio, foi intermediado o pagamento de valores por Maurício Bumlai, filho do pecuarista, ao então advogado de Cerveró.

Delcídio foi denunciado em dezembro pela PGR, ao lado de André Esteves, do BTG Pactual, Diogo Ferreira, assessor do parlamentar e Edson Ribeiro, ex-advogado de Cerveró por tentativa de atrapalhar as investigações da Lava Jato.

Jornal da Câmara - Df

CPI do Carf investigará suspeitas sobre MPs

16/03/2016

Deputados decidem incluir a apuração sobre supostas propinas para modificar três medidas provisórias

A CPI do Carf decidiu ontem incluir nos trabalhos a investigação a respeito da suspeita de que houve pagamento de propina em troca da aprovação de medidas provisórias. Com isso, serão votados requerimentos de convocação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do filho dele Luís Cláudio.

Os requerimentos serão votados no dia 31. Os de convocação de Lula e de Luís Cláudio, apresentados pelos deputados José Carlos Aleluia (DEM-BA) e Rubens Bueno (PPS-PR), estavam fora da pauta porque havia dúvida se tinham ou não relação com a investigação.

A CPI foi criada para investigar suspeitas de pagamento de propina por parte de empresas autuadas pela Receita Federal em troca de manipulação de resultados dos julgamentos referentes à sonegação fiscal no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão do Ministério da Fazenda.

As suspeitas, investigadas pela Operação Zelotes, da Polícia Federal, recaem sobre conselheiros e exconselheiros do Carf que teriam atuado em benefício de grupos econômicos a partir da intermediação de escritórios de advocacia. As investigações apontam prejuízos de R\$ 19 bilhões para a Receita.

O nome de Luís Cláudio surgiu em outubro, quando a Zelotes passou a investigar também suspeitas de que houve pagamento de propina para a aprovação de MPs.

Análise - Como o requerimento de criação da CPI não fazia menção a MPs, a comissão pediu esclarecimentos à Consultoria Legislativa da Câmara, que concluiu que o caso está relacionado. "Há conexão, então os requerimentos serão apreciados", disse o presidente da CPI, Pedro Fernandes (PTB-MA).

São três as MPs suspeitas: a 471/09 estendeu a vigência de incentivo fiscal, que acabaria em dezembro de 2010, às montadoras e fabricantes de veículos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; a 512/10 concedeu a fábricas de veículos, carrocerias, peças e pneus crédito presumido de Imposto sobre Produtos Industrializados como forma de ressarcir o pagamento de outras contribuições; e a 627/13 extinguiu o Regime Tributário de Transição e passou a tributar todo o lucro apurado de empresas coligadas e controladas de multinacionais brasileiras no exterior.